



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

OS CONTORNOS DA VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS TRABALHADORAS NO ESPAÇO DOMÉSTICO

João Diógenes Ferreira dos Santos*
(UESB)

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de apresentar os resultados da pesquisa sobre a exploração do trabalho doméstico, em Vitória da Conquista- Bahia. Nesse trabalho ocorre uma série de violações de direitos. As trabalhadoras experimentam, em seus cotidianos, diversas formas de violência, que vão desde a agressão física ao abuso sexual. Segundo o Relatório do ILANUD de 2004, baseando-se na pesquisa da OIT / PNAD de 2004, o contingente de trabalhadores domésticos no Brasil é composto por 559 mil crianças e adolescentes, entre 10 e 18 anos. Desta forma, na tentativa de refletir sobre a problemática destacada, este artigo parte da compreensão de que o fenômeno da violência articula de forma dialética as questões econômicas, as práticas políticas e culturais, urdidas no processo histórico da formação brasileira. Como resultado desta pesquisa, pode-se afirmar que no trabalho doméstico manifesta-se o autoritarismo, a ideologia machista e o racismo, com o qual convivem as trabalhadoras negras.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, Etnia, Exploração do Trabalho.

INTRODUÇÃO

A violência contra as trabalhadoras domésticas compõe o autorretrato de um país que viola constantemente os direitos da maioria da população. Essa

* Doutor em Ciências Sociais, professor adjunto da UESB, pesquisador do Museu Pedagógico – UESB, líder do Grupo de Estudo – As Múltiplas Faces de Estudos sobre Gênero, Juventude, Adolescência e Infância – MP/UESB e docente do Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade – UESB.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

situação é moldada pelas diversas formas e manifestações desse fenômeno, cujas maiores incidências são a exploração da mão de obra de jovens, o abuso sexual, a violência física e psicológica, entre outras. Ilustra esse universo trágico, a situação de adolescentes e jovens³⁶⁸, geralmente negras, utilizadas nas atividades domésticas.

Segundo o Unicef, com base no Censo 2000 do IBGE, crianças e adolescentes representam 61 milhões de habitantes, o que significa 35,9% da população brasileira. Deste universo, a maioria possui uma vivência marcada pela desigualdade social e econômica, cuja falta de políticas públicas, por parte do Estado, agrava ainda mais as diversas situações de violência (SILVA; SILVA, 2005).

Essa realidade trágica, após 20 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reside no fato de que o Estado, nas suas três esferas (federal, estadual e municipal), não implantou, ou o fez de forma restrita, políticas de atenção integral às crianças e aos adolescentes. Em vez disso, oferece a esse contingente populacional o descaso, a negligência, o espancamento, a tortura, as agressões físicas e até a morte. Dessa forma, uma grande parcela da população infantojuvenil, oriunda das classes subalternas, convive em uma realidade insustentável para sua própria condição humana. Essa realidade é tecida no local, o município. É nele que crianças e adolescentes em situação de risco encaram, cotidianamente, as agressões físicas e psicológicas, o abuso e a exploração sexual comercial, a violência do aparato policial, os homicídios, as chacinas, entre outros.

O município de Vitória da Conquista, localizado na região Sudoeste do estado da Bahia, Brasil, apresenta inúmeras formas de violência contra as trabalhadoras infantojuvenis. Nos últimos anos (2001 a 2005), segundo o Conselho

³⁶⁸ O Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa de zero a doze anos incompletos e, adolescente aquele de doze a dezoito anos incompletos. Quanto aos jovens, são as pessoas que se encontram na faixa de dezoito anos completos até 24 anos. Assim, quando se mencionar o termo jovem, neste trabalho, estará incluindo a categoria adolescente. Sobre esta forma de junção das categorias adolescente e jovem, veja-se o artigo de Cardia et al. (2003).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Tutelar do município e o Programa Sentinela, houve aumento considerável no número de casos de crianças, adolescentes e jovens vítimas da violência cometida nessa atividade. De acordo com os registros desses órgãos, as trabalhadoras são negras ou não brancas, oriundas dos bairros periféricos ou das cidades próximas ao município de Vitória da Conquista, ou do norte do estado de Minas Gerais.

A localização geográfica desse município possibilita a passagem de várias rodovias em seu espaço urbano, em diferentes sentidos: Norte-Sul do país (BR 116, denominada Rio-Bahia), Leste-Oeste do Estado da Bahia (BA 415, conhecida como Ilhéus-Lapa) e as estradas que ligam aos municípios vizinhos: Brumado (BA 262) e Barra do Choça (BA 265). Dessa forma, o município é um dos importantes entroncamentos rodoviários da Bahia, proporcionando interação com diversos estados do país, várias cidades do estado e do norte de Minas Gerais.

A Rio-Bahia (BR 116) tem um significado importante para o município, pois, por meio dela, ocorreu e ocorre o fluxo migratório, constituindo-se no canal de comunicação entre o Nordeste e o Sudeste, por onde passam milhares de retirantes que fogem da seca, dos conflitos pela posse da terra ou que vão à busca de melhores condições de vida. Nesse trajeto, Vitória da Conquista constitui-se ponto de encontro desse fluxo migratório e local de residência de um contingente significativo de famílias atraídas pela expansão econômica. Configurando-se como um importante entroncamento rodoviário do estado, portanto, Vitória da Conquista torna-se um espaço propício para a exploração da mão de obra infantojuvenil.

Por esse motivo, tomando Vitória da Conquista como espaço de investigação dessa questão, pôde-se reconstruir a trajetória de vida de algumas jovens, que, tendo migrado para esse município na busca de melhores condições de vida, foram impelidas a uma realidade de exploração e violência.

O Conselho Tutelar do município de Vitória da Conquista identificou

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

situações de exploração infantojuvenil no espaço doméstico, uma realidade desconhecida para boa parte da população. Os conselheiros notificaram alguns casos de adolescentes do sexo feminino, entre 12 e 18 anos, vítimas das mais diversas formas de violência, como se pode constatar no relato de uma das adolescentes entrevistadas, que convive cotidianamente com a exploração:

[...] cheguei aqui em Conquista para trabalhar na casa de família com seis anos, aí não deu certo. Comecei com 10 anos a trabalhar nessa casa, lá eu apanhava e o patrão queria mexer comigo. Tenho 16 anos, sou de Jequié e continuo nessa vida. [...] Não é fácil viver assim, não sou bicho para ser tratada dessa forma. É difícil trabalhar na casa de família, lá só tem humilhação. A vida é difícil (Adolescente negra, 16 anos de idade)³⁶⁹.

Como se percebe nesse relato, a adolescente vivencia a exploração e a violência no espaço doméstico e íntimo. Há adolescentes e jovens, oriundas de outros municípios, que migraram para Vitória da Conquista, quando criança, para trabalhar como domésticas e continuam nessa atividade, buscando formas de sobreviver e de contribuir com o orçamento familiar.

Moço, tenho 18 anos [...], sou de Pedra Azul [município mineiro]. Cheguei a Vitória da Conquista com cinco anos de idade, com nove fui trabalhar em uma casa para estudar e ajudar minha mãe. Lá não deu certo, aí comecei com 12 anos a trabalhar em outra casa. Ganhava pouco dinheiro e tinha que fazer muitas coisas, lavar, limpar, cozinhar e cuidar de menino. A patroa dava em mim, que ficava marca [...] (jovem negra, 18 anos).

Comecei com 15 anos trabalhar na casa de família, era muito mau. Entrei nessa vida por necessidade, não tracei isso para mim, foi o que a vida me deu [um longo silêncio]. Olha, moço, os patrão usa a gente. Batem, obrigam a lavar, passar, cuidar das coisas e, muitas

³⁶⁹As entrevistas foram realizadas no período de março de 2004 a fevereiro de 2007, na cidade de Vitória da Conquista. A escolha das entrevistadas se deu por meio dos contatos estabelecidos no Conselho Tutelar e pessoas conhecidas. Portanto, a escolha das pessoas se deu por intermédio desses contatos.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

vezes, não pagam por nossos serviços. Eles podem maltratar a gente, que só quer ganhar um dinheiro [...]. Moço, essa vida é um sofrimento só. Queria outra coisa para mim, um plano bom, sem sofrimento. Não tenho plano bom para mim, só tenho essa vida [...] (jovem negra, com 17 anos).

O trabalho precoce doméstico, por ser realizado no âmbito familiar, é uma atividade que, muitas vezes, gera uma série de violações de direitos, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho, até as mais críticas, como abusos sexuais e atos violentos (RELATÓRIO ALTERNATIVO DOS DIREITOS, 2004), como relata uma trabalhadora doméstica de dez anos, ao refletir sobre sua condição de vida:

Moço, na casa onde estou tem uma criança, o neto da “minha tia” [da patroa], ele tem a minha idade, mas sou diferente dele, pois não tenho brinquedo, roupa nova, não posso comer na hora que quero e nem tenho carinho, só devo acordar cedo para preparar o café, arrumar a casa, lavar a louça, limpar o banheiro e fazer o almoço. Já ele tem tudo isso e acorda na hora que quer. Sou filha de uma pessoa pobre, por isso eles me maltratam. Sou diferente das outras crianças. O senhor acha isso certo? (trabalhadora de 10 anos).

Este relato nos remete a Martins (1993), que, ao analisar situações desse tipo, afirma que se trata de “crianças sem infância”, as que têm seus direitos elementares negados e seu corpo marcado por agressões físicas e psicológicas, cometidas pelos patrões. Ou nos remete às reflexões de Gilberto Freyre, em Casa-Grande & Senzala, que se inscreve como uma obra que interpreta o Brasil, com base no cotidiano íntimo e afetivo da colônia, entremeado por variadas formas de violência e crueldade perpetradas pelo “sadismo do senhor de engenho”³⁷⁰.

³⁷⁰Gilberto Freyre, ao reconstruir o passado colonial, por meio da afetividade e da intimidade, reitera os traços conservadores em sua análise, como bem afirmou Ventura (2000, p. 68-69): “[Casa-Grande & Senzala] celebra os casarões aristocráticos e faz uma apologia ao ‘domínio patriarcal’ e ao ‘mandonismo político’”. No entanto, a mencionada obra marca a ruptura teórica com as doutrinas racistas e deterministas dos ensaístas do início do

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Essa interpretação possibilita a reflexão sobre os traços de violência e do mandonismo, cujas raízes estão arraigadas no passado e reaparecem com novas facetas nos tempos atuais. O puro gosto de mando, analisado por Freyre, incorporado ao presente, configura-se como mediação das relações sociais. No Brasil, geralmente não se respeita a norma estatuída e os direitos conquistados, mas se obedece a posição social e a de classe.

No esteio desse raciocínio, Freyre (2003, p.114) sintetiza o sadismo do senhor de engenho, quando afirma que: “[...] a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em ‘princípio de autoridade’ ou ‘defesa da ordem’”. Este fragmento textual nos faz lembrar, nos tempos atuais, as ações virulentas do aparato policial, que se manifestam em agressões físicas, psicológicas e, geralmente, ocasionam a morte das vítimas. As diversas práticas de violência e abuso de poder, reiteradas nas ações dos policiais (civis e militares), parecem inscrever-se como orientação da instituição, uma vez que existem inúmeras denúncias de tortura em delegacias, em prisões e em penitenciárias. Tais práticas traduzem-se na negação das regras do direito e da legalidade que deveriam estabelecer os parâmetros das ações policiais. Entretanto, o que prevalece, nesse caso, é a obediência ao mando abusivo do policial, ancorado pelo medo, pela impunidade, pela omissão e conivência dos governos estadual e federal.

Também essa tradição conservadora, apontada por Freyre, permite-nos entender alguns aspectos do cotidiano do trabalho doméstico, que, conforme mencionado, geralmente, baseia-se em relações entremeadas de violência e de exploração. São jovens negras que têm registrado em seus corpos todo tipo de

século XX, em especial as idéias eugênicas e autoritárias de Oliveira Viana, de grande prestígio entre os intelectuais e a elite dirigente daquele período, década de 30. Segundo Viana, a influência cultural dos negros deveria ser eliminada pelo processo de branqueamento, sendo conduzido por um governo autoritário que possibilitasse a inserção do país no mundo civilizado. Para entender melhor tais idéias, vejam-se os seguintes trabalhos de Viana, publicados em algumas edições e editoras do país: *Populações Meridionais do Brasil: história, organização e psicologia* (1920) e *Evolução do Povo Brasileiro* (1923).

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

virulência das patroas e dos patrões, que vão desde a humilhação ao abuso sexual, como revela uma das entrevistadas:

[Já] trabalhei em uma casa que a dona me humilhava, dizia que “eu era preta fétida, não sabia fazer as coisas certas”, até quis me bater na cara. Teve uma vez o marido dela buliu nos meus peitos, queria ousadia (Adolescentes negras, 15 anos).

Paoli (2003, p. 165-166), em um artigo que interpreta “os momentos de luta e dissenso na história dos movimentos sociais e dos trabalhadores”, complementa o raciocínio acima, quando assinala que

[Freyre] parece-nos dar uma chave importante para compreender a persistência da desmedida do arbítrio que perpassou a formação das interações pessoais no país [...]. Isto pode iluminar uma das origens da continuidade, na cultura política brasileira, de concepções hierárquicas de justiça centrada na punição violenta de transgressões e crimes, ou seja, a punição como dor, tortura e eliminação corporal que repousa na imagem nomeada por Teresa Caldeira de corpo incircunscrito. Em outras palavras, a produção de um corpo político que, segundo Caldeira, deve ser exposto sem mediações (sobretudo a dos direitos) ao exercício de uma intervenção corporal corretiva porque violenta: aos transgressores das normas públicas ou das regras privadas quer-se tortura, confinamento total e morte, precedidos de julgamento detalhado sobre as regras de reciprocidade privadas e pessoais formadoras das histórias de crimes e transgressões “não legítimas”, porque não cometidas segundo os valores culturais de relacionamentos pessoalizados [Grifo da autora.]

A interpretação de Paoli, com base na teoria freyriana, pode nos levar a refletir, ainda, sobre as práticas de violência e o desrespeito aos direitos trabalhistas a que milhares de trabalhadores rurais e urbanos são submetidos pelos empregadores. Muitos trabalhadores vivenciam experiências de violação

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

desses direitos – o não-registro da Carteira de Trabalho, o não-recolhimento dos direitos previdenciários, os salários baixos e, em alguns casos, o não-pagamento dos salários e das férias – e as condições péssimas e insalubres do ambiente de trabalho. Além disso, há registros de que um número significativo de trabalhadores é coagido a trabalhar mantido em cárceres privados nas diferentes áreas produtivas, forma de trabalho reconhecida por alguns estudiosos e órgãos oficiais como escravidão por dívida³⁷¹. Nessa realidade, estão inseridas as trabalhadoras domésticas negras.

As contribuições de Marilena Chauí reforçam a citada argumentação. O autoritarismo, em Chauí, não se restringe apenas ao Estado e às suas instituições, mas se estende à teia social, criando uma sociabilidade marcada por um “autoritarismo social”, cujos traços predominantes compõem as relações familiares, passam pela instituição escolar, pelo ambiente de trabalho, até nos espaços onde se manifesta a religião. Essa sociedade apresenta como característica essencial uma forte hierarquia, em que:

nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior que manda, e um inferior que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação de mando-obediência (CHAUÍ, 1998, p.11).

Ainda conforme Chauí, as formas autoritárias arraigadas na sociedade brasileira tecem concepções de mundo, no sentido entendido por Antônio Gramsci, as quais naturalizam as desigualdades sociais e as classificam como “inferioridade” (assim como as mulheres, os trabalhadores, os negros, os índios e, no caso dessa pesquisa, as jovens trabalhadoras negras) ou como “monstruosidade” (tendo como

³⁷¹A respeito das situações de violência e escravidão por dívida, vivenciadas por um número crescente de trabalhadores, vejam-se os estudos exemplares de Figueiras (2004) e Freitas (2003).

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

exemplo os homossexuais); as leis são entendidas como privilégios para a classe dominante e como repressão para os dominados. Por essa razão, afirma a autora: “as leis são necessariamente abstratas e aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para ser transgredidas e não para ser cumpridas nem, muito menos, transformadas” (CHAUÍ, 2000, p.90).

As reflexões acima nos levam a pensar em uma “cultura da violência” (MACHADO, 1997) que, brotada das desigualdades econômicas, projeta sua “sombra na vida social”, urdindo uma sociabilidade na qual tanto dominantes como dominados, geralmente, tendem a utilizar as várias formas de violência para resolver conflitos ou garantir interesses. As perseguições político-institucionais, o desgaste pessoal, as agressões físicas e psicológicas e, até mesmo a morte, são exemplos disso.

Como base nessas interpretações, pode-se entender que, no âmbito doméstico, as entrevistadas experimentam a “violência arbitrária e pessoal” perpetrada pelos patrões, que estabelecem exaustiva rotina de trabalho e utilizam as agressões físicas e psicológicas. Nesse cenário de exploração e violência, são tecidas relações de parentesco entre as jovens trabalhadoras domésticas e os patrões, aproximando-os e os distanciando.

Por esse raciocínio, a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda auxilia-nos a entender as relações de parentesco forjadas no universo do trabalho doméstico, quando o autor centra sua análise sobre o conceito “homem cordial”. O autor explica que cordial, etimologicamente, significa que “vem do coração”, o que pode ser tanto o amor quanto o ódio, o sentimento de perdão ou de vingança, a concórdia ou a discórdia. Ou seja, nos termos do autor, “a inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado [...] [Cordial] ‘não é somente harmonia e amor’” (HOLANDA, 1995, p. 205).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O “homem cordial” recorre aos aspectos familiares e domésticos com o propósito de estabelecer parâmetros para se relacionar com as pessoas e os objetos, tornando-os mais familiares e mais acessíveis. Isto se traduz “no horror às distâncias e no desejo de estabelecer intimidade” (HOLANDA, 1995, p. 148-149), que revela o mascaramento ou a necessidade de ocultar a violência. Portanto, os laços familiares e íntimos, constitutivos do trabalho doméstico, podem mascarar a realidade trágica vivida pelas jovens empregadas domésticas.

As trabalhadoras precoces foram inseridas em um mundo do trabalho violento e explorador, por causa das condições adversas em que viviam seus familiares. Nessas circunstâncias, o serviço doméstico apresentou-se como uma alternativa de sobrevivência em condições precárias e subumanas. As atividades peculiares ao trabalho diário (limpar, cozinhar, arrumar, etc.), associadas aos maus-tratos, produzem um cenário de tragédia pessoal, que não se configura uma exceção, mas uma realidade marcante na sociedade brasileira.

Os relatos das adolescentes, vítimas da exploração no trabalho doméstico, acima expostos, configuram-se em experiências permeadas por relações de mandonismo, ausência de direitos e de dignidade e relações hierárquicas de dominação, que promovem as várias formas de violência. Tais situações não se constituem somente em fatos localizados, mas sim marcas de uma realidade desigual economicamente e socialmente.

Essa questão faz pensar nas formulações de Giorgio Agamben sobre estado de exceção, em que a figura do homo sacer se relaciona às pessoas que podem ter suas vidas aniquiladas pela vontade do soberano e aglutinadas em grupo sem direitos: “[...] aquele que é banido, [e não apenas posto fora da lei ou indiferente a ela], mas abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que a vida e o direito, externo e interno, se confundem” (AGAMBEN, 2002, p. 36). Isto acontece, porque o estado de exceção não se diferencia do estado de direito,

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

tornando os cidadãos submetidos ao poder do soberano e, nessa condição, tem-se uma “vida exposta que pode ser morta, sem que se cometa um homicídio” (Idem, p. 171).

No esteio dessa interpretação, os relatos descritos e analisados, possibilitam-nos assinalar que as vítimas dessa violência possuem vivências próximas à “vida nua”, as quais podem ser descartadas, aniquiladas, despojadas dos direitos, pois perderam sua visibilidade na dimensão pública³⁷². Não são “ouvidos e nem vistos”, como se não existissem, compelidos ao terreno da indiferença, pois as vidas desses sujeitos metamorfoseiam-se, utilizando a expressão empregada pela adolescente entrevistada, “em morte”, cujo sofrimento não causa comoção da sociedade em geral nem medidas estatais eficientes que promovam a transformação de tal realidade. Portanto, na trilha de Agamben, sublinha-se que a sistêmica violência experimentada por essa população parece não se configurar como crime, é algo semelhante à “vida matável e insacrificável” do homo sacer.

Pode-se concluir que a exploração das jovens negras entrevistadas para este trabalho representa uma das alternativas de sobrevivência existente, pois, para essas trabalhadoras, restam o trabalho doméstico – caracterizado por péssimas condições de trabalho, carga horária extenuante, aviltamento dos direitos, entre outras mazelas – ou o desemprego, em uma realidade em que há um processo de “encolhimento dos empregos e precarização trabalho” (TELLES, 2006, p. 92).

³⁷²Para Hannah Arendt, a dimensão pública é um mundo em que o homem manifesta seu discurso e sua ação política, pois “embora o mundo comum seja terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares [...]. Ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêm e ouvem em ângulos diferentes. É este o significado da vida pública [...]. Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela ‘natureza comum’ de todos os homens que o constituem, mas, sobretudo, pelo fato de que, a despeito de diferença de posição e da resultante variedade de perspectiva, todos estão sempre interessados no mesmo objeto. Quando já não se pode discernir a mesma identidade do objeto, nenhuma natureza humana comum, e muito menos o conformismo artificial de uma sociedade de massa, pode evitar a destruição do mundo comum” (ARENDR, 1995, p. 67).



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Essa realidade que vem sendo tecida, entre nós, caracterizada por extrema desigualdade, intensificou-se, nos últimos anos, por uma acumulação capitalista comandada pela ideologia neoliberal, que se articula com traços persistentes de uma sociabilidade e uma cultura política autoritária, paternalista e excludente. Na tentativa de refletir sobre a problemática destacada, este trabalho parte da compreensão de que o fenômeno da violência articula-se de forma dialética às questões econômicas, às práticas políticas e culturais urdidas no processo histórico da formação brasileira.

O capital, para se reproduzir, pressupõe um processo econômico, político e social desigual. Essa lógica, historicamente constituída, produziu a exploração, a fome, a pobreza e a miséria, que marcam a questão social. Se a violência se insere nesse patamar que vincula o universo econômico, social e político, cabe, no entanto, destacar que ela também encontra suas raízes num legado histórico de práticas de mandonismo, personalismo e paternalismo, que tecem uma sociabilidade em que é quase impossível se estabelecerem espaços públicos. Estas práticas tornam-se empecilhos para efetivação dos direitos como privilégios e constituem uma sociedade hierárquica, onde mulheres, crianças, negros e, principalmente, negras encontram-se em esferas inferiores. A sociedade brasileira urdiu uma cultura política cujas práticas têm a sua raiz no processo de expansão do capitalismo brasileiro que associa, de forma não excludente, elementos do legado histórico com os princípios econômicos modernos.

Essas trabalhadoras precoces foram inseridas em um mundo do trabalho demarcado pela violência e pela exploração, que se apresenta como uma alternativa de sobrevivência em condições precárias e subumanas, em uma circunstância de desigualdade social.

Portanto, pode-se sublinhar que a conjugação da desigualdade econômica, acentuada nos últimos anos pelo neoliberalismo, com uma cultura política, erigida



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

ao longo da formação histórica do país, que persiste em projetar seus traços no presente, delinea um processo de negação quase permanente dos direitos, ensejando, assim, um grupo social de “vulneráveis”, ou “descartáveis”, que, segundo as análises de Loic Wacquant (2001), está condenado a uma “vida de riscos”. Essas jovens negras experimentam em seu cotidiano a exploração e a violência do trabalho doméstico.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 7.ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1995.
- CARDIA, Nancy et.al. “Homicídio e Violação dos Direitos Humanos em São Paulo”. In: **Instituto de Estudos Avançados**. Revista. v. 17, n. 47, janeiro/abril, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 4. ed. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FREITAS, Geovani Jacó. **Ecos da Violência: narrativas e relações de poder no Nordeste Canavieiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia da Política - UFRJ, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 47. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Volume 1.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

MARTINS, José de Souza (Org.). **Massacre dos Inocentes**: a criança sem infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

PAOLI, Maria Célia. “Movimentos sociais, movimentos republicanos?”. In: SILVA, Fernando Teixeira da et. al. (Org.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora Unimep, 2003.

RELATÓRIO ALTERNATIVO À CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES NO BRASIL EM 2004. São Paulo: ILANUD (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente), 2004.

SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson de Souza. **Análise da Violência Contra a Criança e o Adolescente o Ciclo de Vida no Brasil**. São Paulo: Global; Brasília: Unicef, 2005.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (Org.). **Nas Tramas da Cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

THIOLLENT, Michel J. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquête Operária**. São Paulo: Editora Polis, 1980. Coleção Teoria e História 6 .

WACQUANT, Loic. **Os Condenados da Cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.